

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*Miriam Belchior
Ministra do Planejamento,
Orçamento e Gestão*

Brasília, 26 de abril de 2011

Perspectivas da Economia Brasileira e Mundial

Ministério
do Planejamento



ECONOMIA MUNDIAL EM 2011: MUNDO EM DESCOMPASSO

Estimativas da variação do PIB, em %



* Estimativas *The Economist* (ed. 23 de abril de 2011).

** Estimativas Ministério da Fazenda para dados do Brasil.

Fonte: The Economist e Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento

SUPERADA A CRISE NO BRASIL:

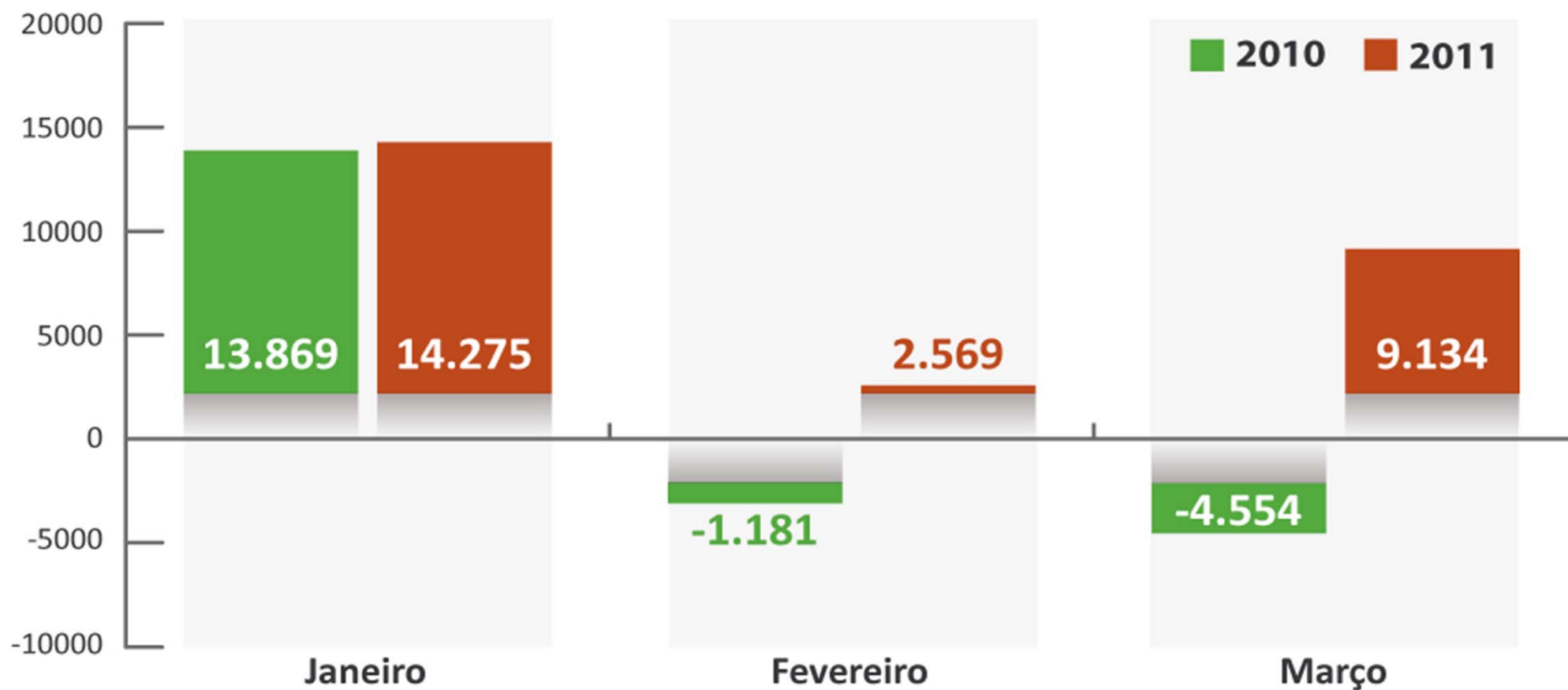
AJUSTES para manter o crescimento sustentável próximo de 5% e enfrentar os problemas nacionais e internacionais

Consolidação Fiscal:

- **Reversão dos estímulos econômicos de 2009/2010**
- **Corte de R\$ 50 bilhões nos gastos públicos**
- **Reduzir gasto público para expandir o investimento e abrir caminho para a redução dos juros básicos**
- **Despesas do Governo devem crescer menos do que o PIB**

RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL

Em R\$ milhões



Fonte: STN / Ministério da Fazenda

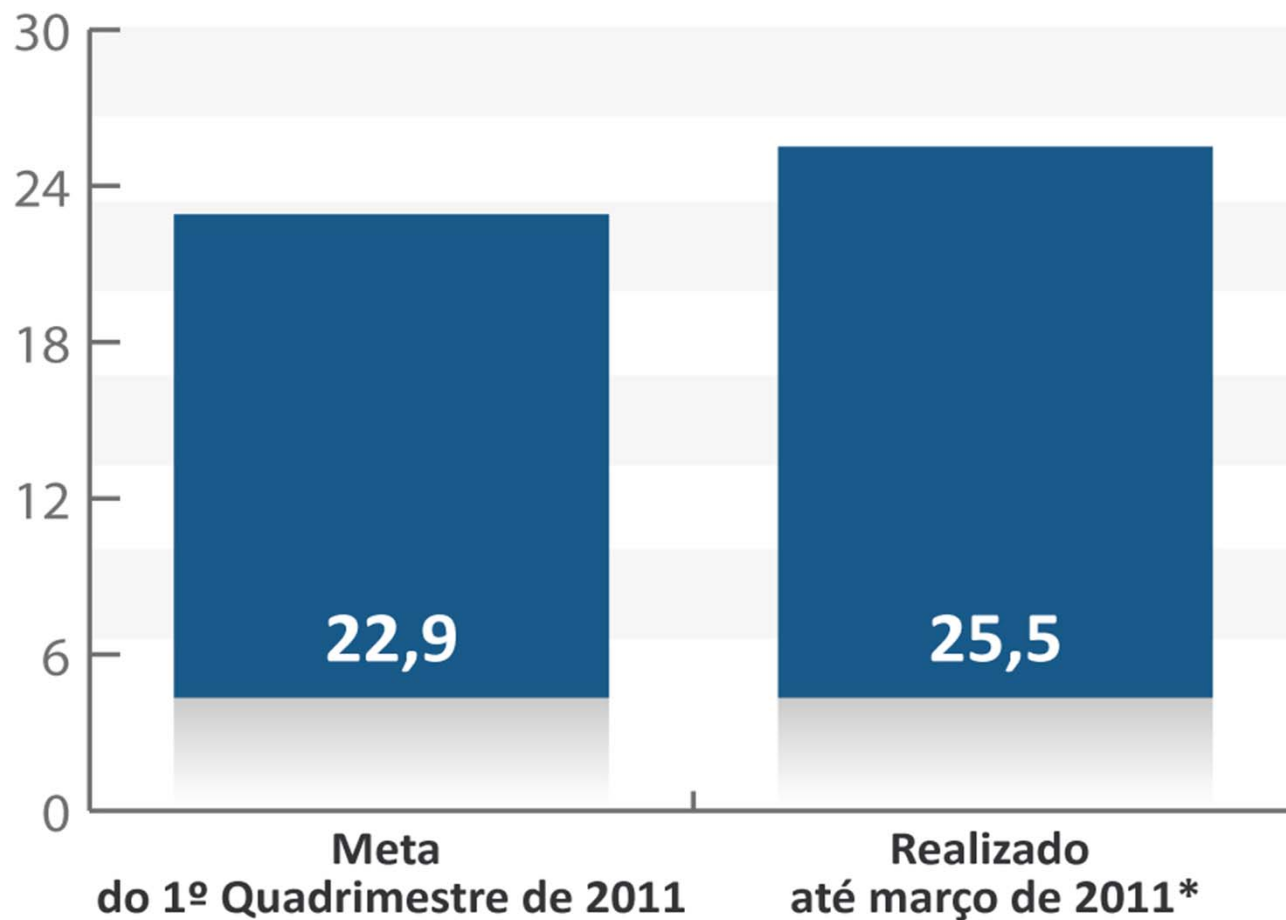
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento



META FISCAL DO GOVERNO CENTRAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO DE 2011











Em R\$ bilhões, conforme Decreto nº 7.445/2011



* Governo Central: Jan-Fev Banco Central do Brasil, Março STN

RESULTADOS DO GOVERNO CENTRAL

Variações nos primeiros trimestres de 2010 e 2011

Principais Variações Nominais			Principais Variações Reais (acima do crescimento nominal do PIB)		
Jan-Mar - Em %	2010/2009	2011/2010	Jan-Mar - Em %, acumulado	2010/2009	2011/2010
Receita Líquida	17,0	17,7	Receita Líquida	1,1 	5,2 
Despesas	19,3	7,1	Despesas	3,1 	-4,4 
Benefícios	15,4	5,1	Benefícios	-0,3 	-6,2 
Pessoal	7,0	3,6	Pessoal	-7,6 	-7,5 
Custeio e Capital	38,0	11,8	Custeio e Capital	19,2 	-0,1 
PIB	15,8	12,0			

Fonte: STN / Ministério da Fazenda

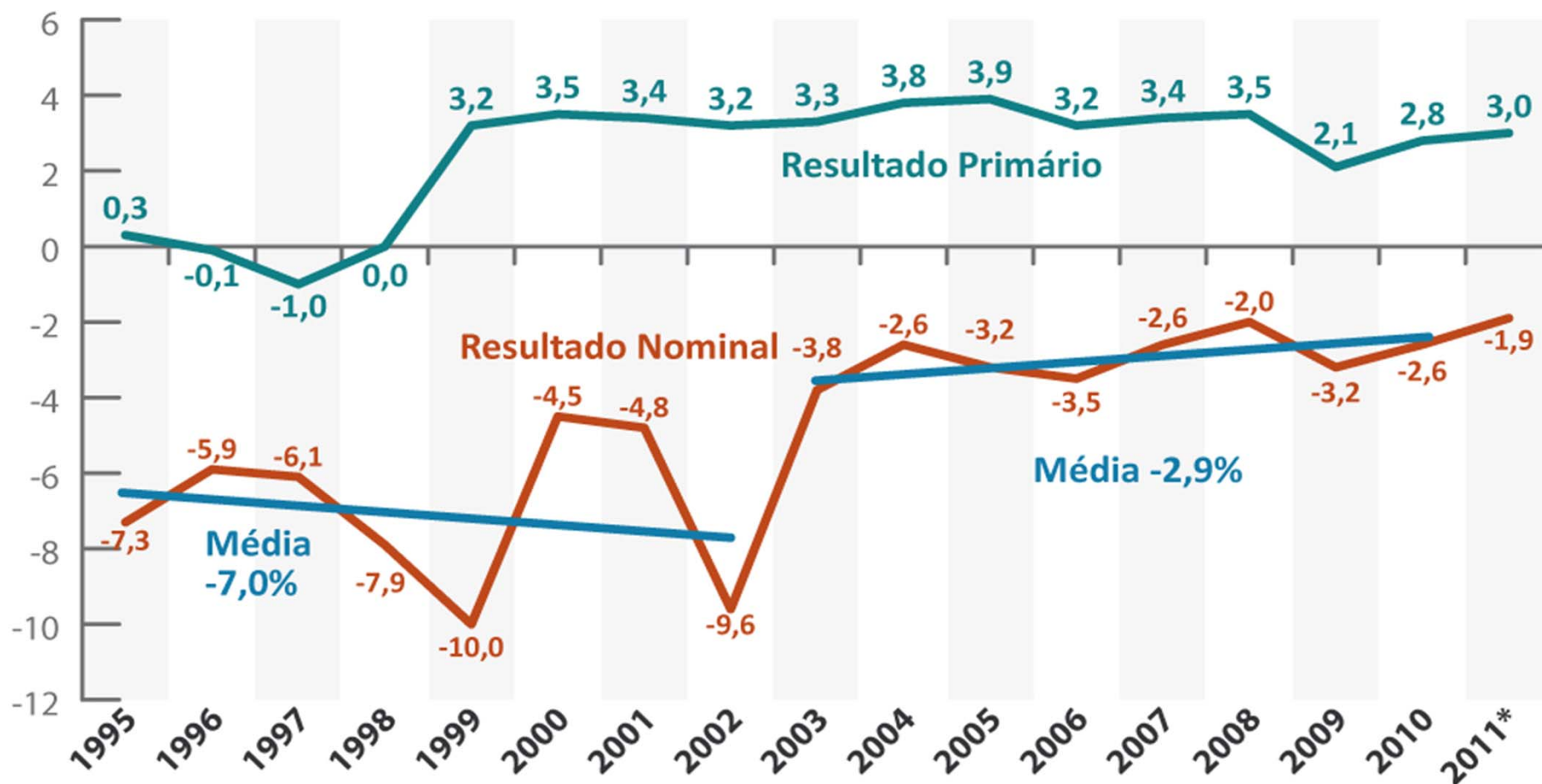
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento



CONTINUIDADE DA POLÍTICA DE SOLIDEZ FISCAL

Em % do PIB



* Estimativas Ministério da Fazenda

Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento



BRASIL É UM DOS PAÍSES DO G20 COM MAIOR SOLIDEZ FISCAL

Resultado fiscal nominal, em % PIB, estimativas



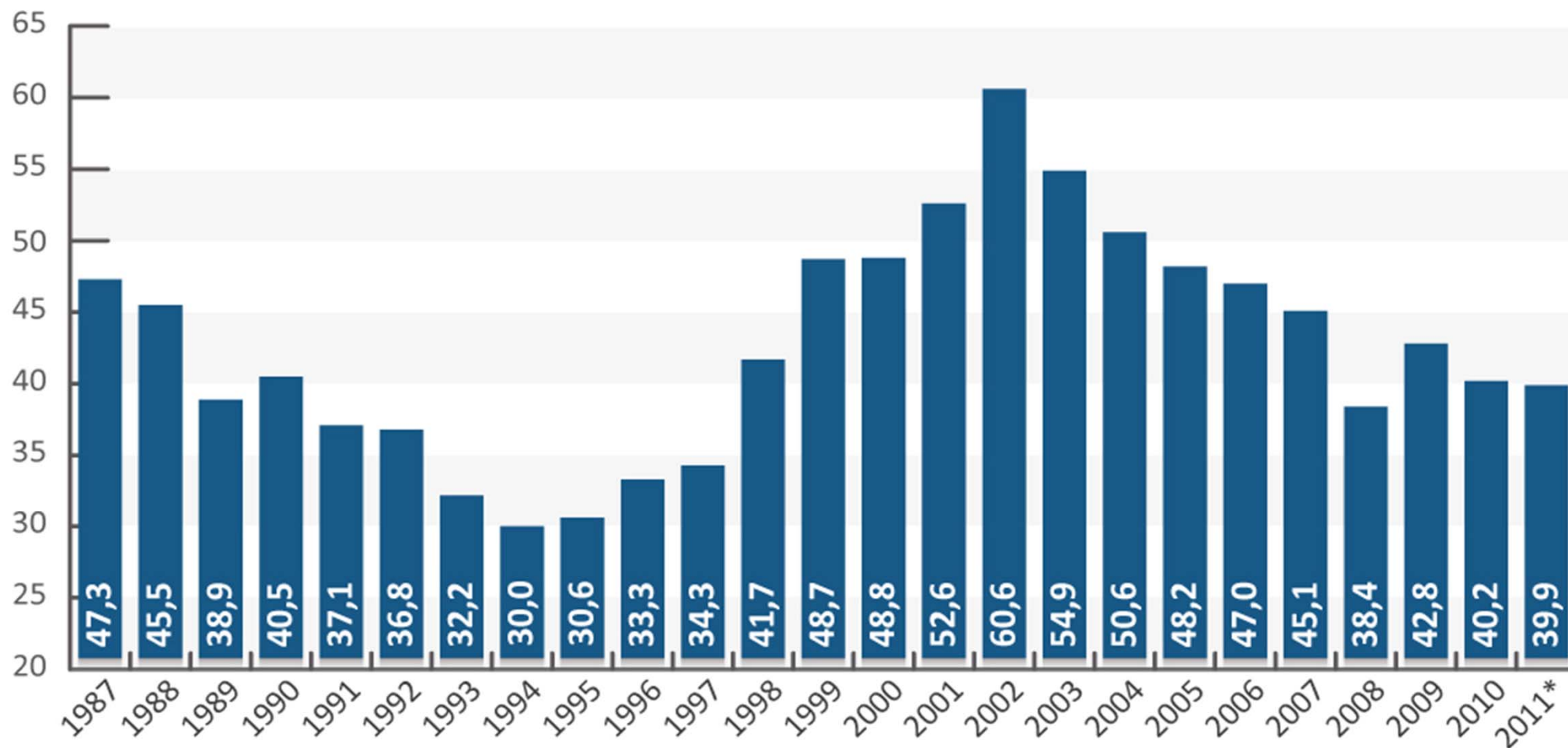
* Estimativas *The Economist* (ed. 23 de abril de 2011).

Fonte: The Economist e Ministério da Fazenda
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento

CONSOLIDAÇÃO FISCAL PERMITE REDUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Em % do PIB



* Posição em fevereiro de 2011

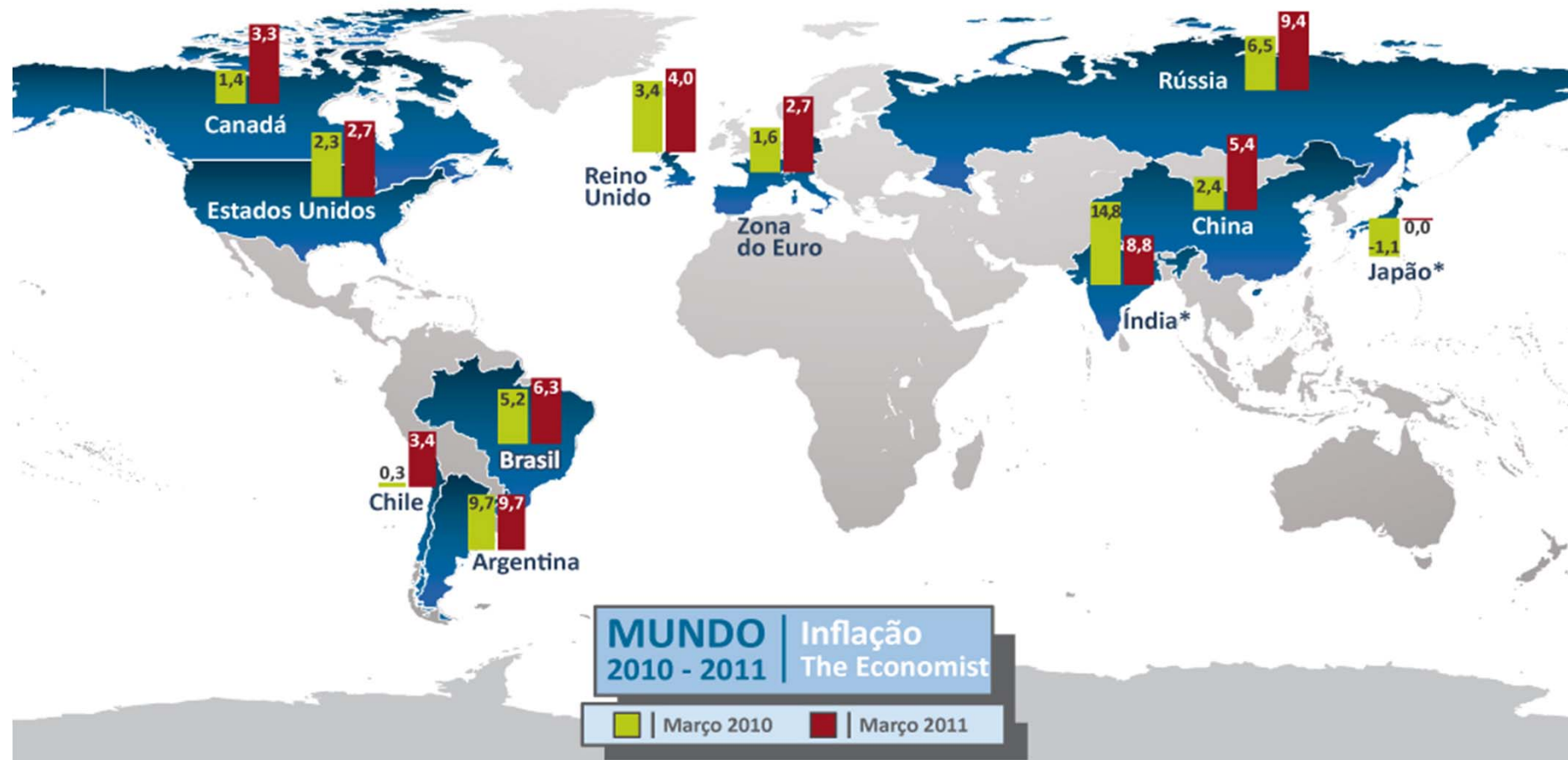
Fonte: Banco Central do Brasil
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento



AJUSTE IMPORTANTE: CONTROLE DA INFLAÇÃO

Variação dos preços ao consumidor, acumulado em 12 meses, em %



* Dados relativos a fevereiro de 2010 e fevereiro de 2011.

** Estimativas *The Economist* (ed. 23 de abril de 2011).

Fonte: The Economist

Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

Inflação de *commodities*

- Choque de oferta
- Crise no Oriente Médio e Norte da África
- Especulação financeira
- Políticas monetárias frouxas

Commodity-price index (2005=100)		
	% variação relativa ao	
	mês anterior	ano anterior
Índice em		
Todos os Itens	0,9	37,8
Alimentos	1,2	43,2
Industriais	0,6	32,5

Fonte: *The Economist* - 23 de abril de 2011

Índice CRB (1967=100), que reúne 19 categorias mais negociadas de *commodities*



Fonte: Thomson Reuters

Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento

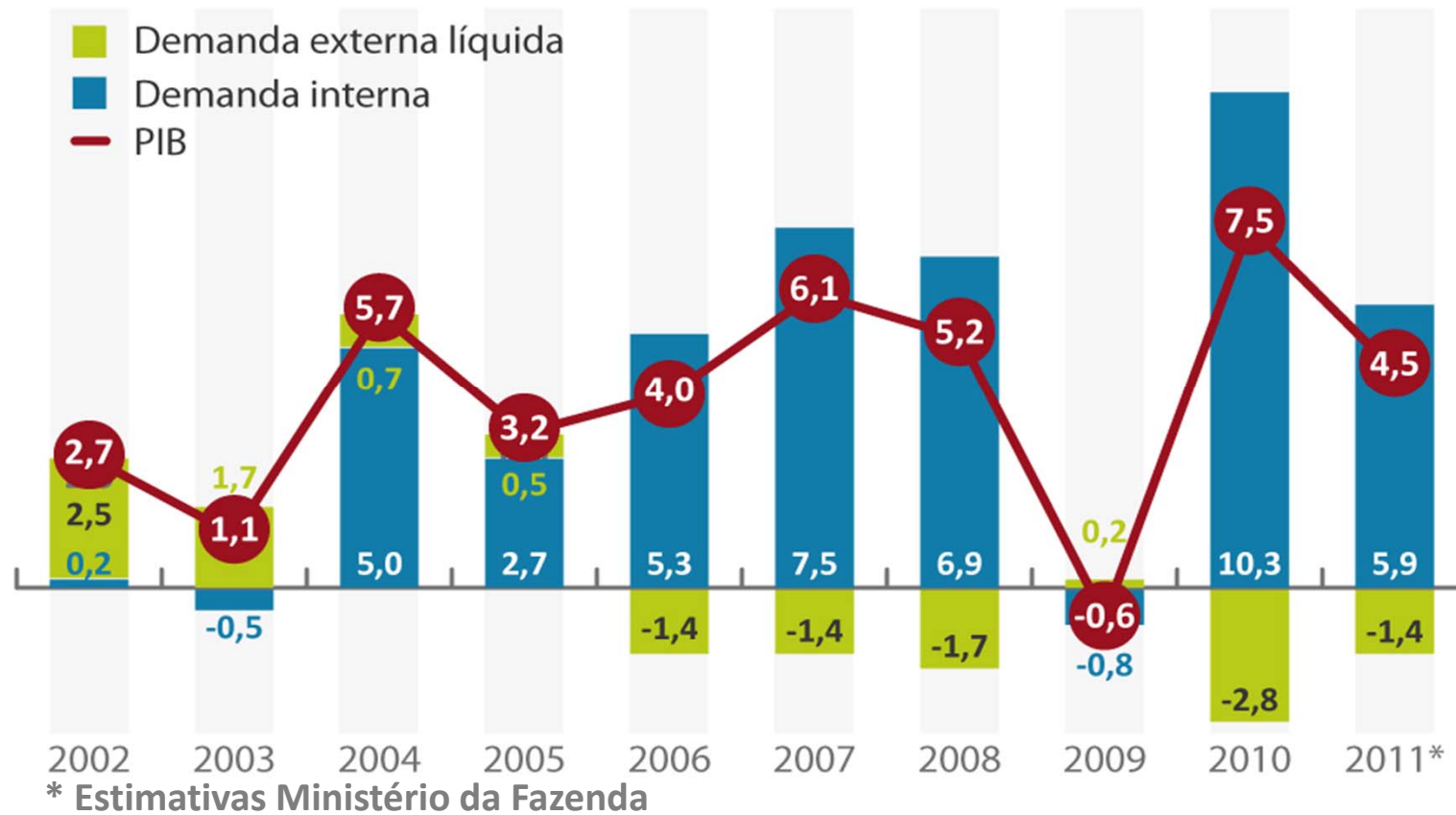
MEDIDAS PARA MODERAR CRESCIMENTO E CONTER INFLAÇÃO

- Inflação de *commodities*: depende do mercado internacional
- Impedir contágio em uma economia aquecida
- Utilização de diversas armas contra a inflação: monetárias e fiscais
 - Estímulo ao aumento da oferta agrícola
 - Corte de despesas públicas
 - Presidente Tombini explicará as medidas nos campos monetário e financeiro

Reduzir expansão do crédito e moderar crescimento da demanda

Sem “matar a galinha dos ovos de ouro”

Crescimento anual dos componentes do PIB, em %



Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

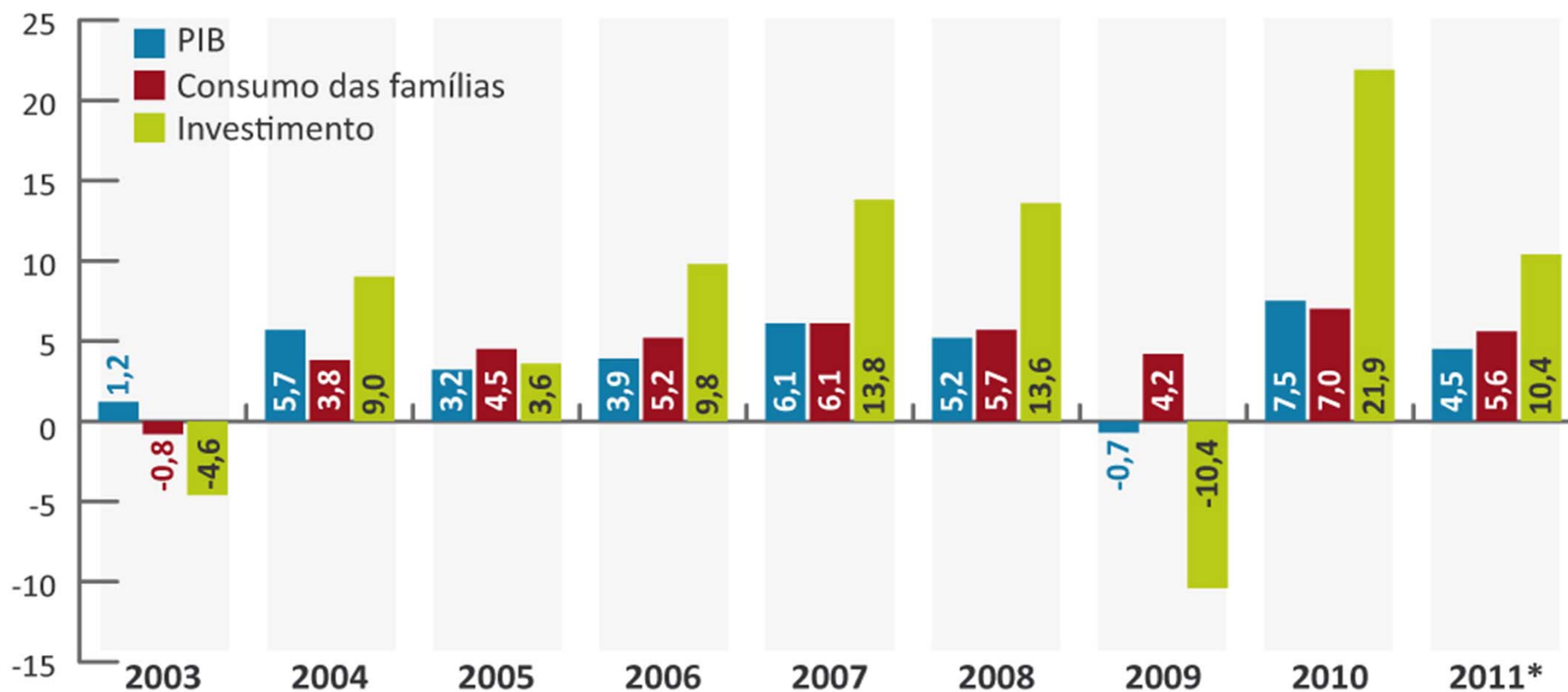
Ministério
do Planejamento

Ajuste: não é o tradicional.

Redução seletiva do consumo e não do investimento.

Em 2011, continuam estímulos ao investimento.

Crescimento anual dos componentes do PIB, em %



* Estimativas Ministério da Fazenda

Fonte: IBGE

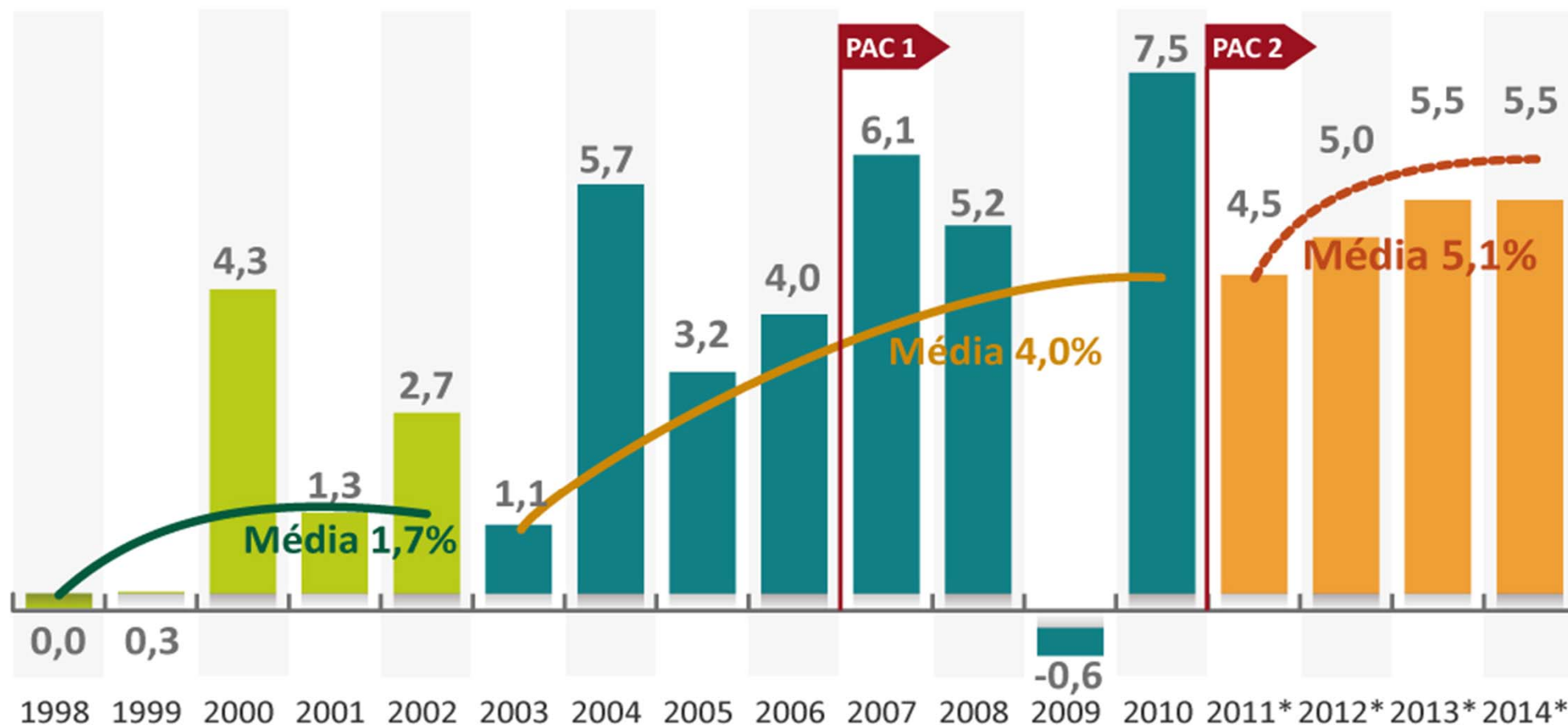
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento



CRESCIMENTO VAI CONTINUAR

Crescimento do PIB, em % a.a.



* Estimativas Ministério da Fazenda

Fonte: IBGE

Elaboração: Ministério da Fazenda

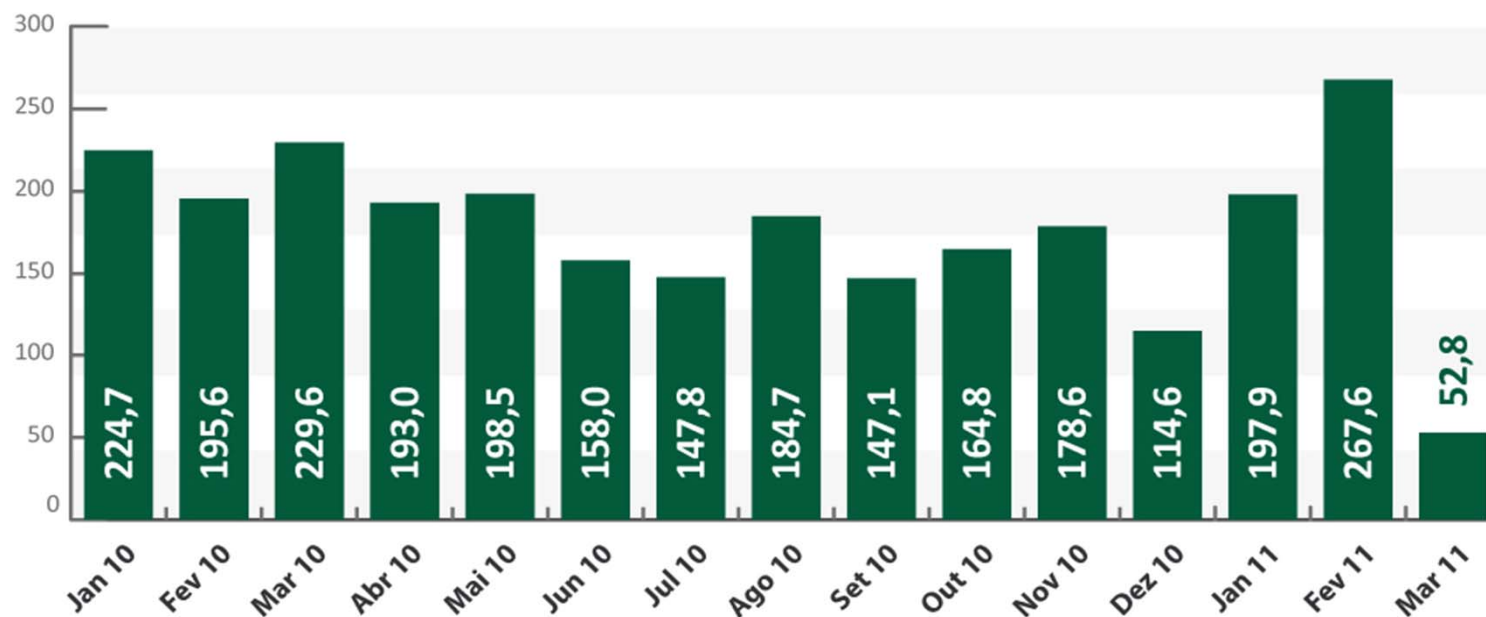
Ministério
do Planejamento

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA

CRESCIMENTO CONTINUARÁ GERANDO EMPREGO

- Aumento da massa salarial
- Desafios: educação e qualificação da mão-de-obra

Criação líquida de postos de trabalho, com ajuste sazonal, em milhares de unidades



Fonte: CAGED / Ministério do Trabalho e Emprego
Elaboração: Ministério da Fazenda

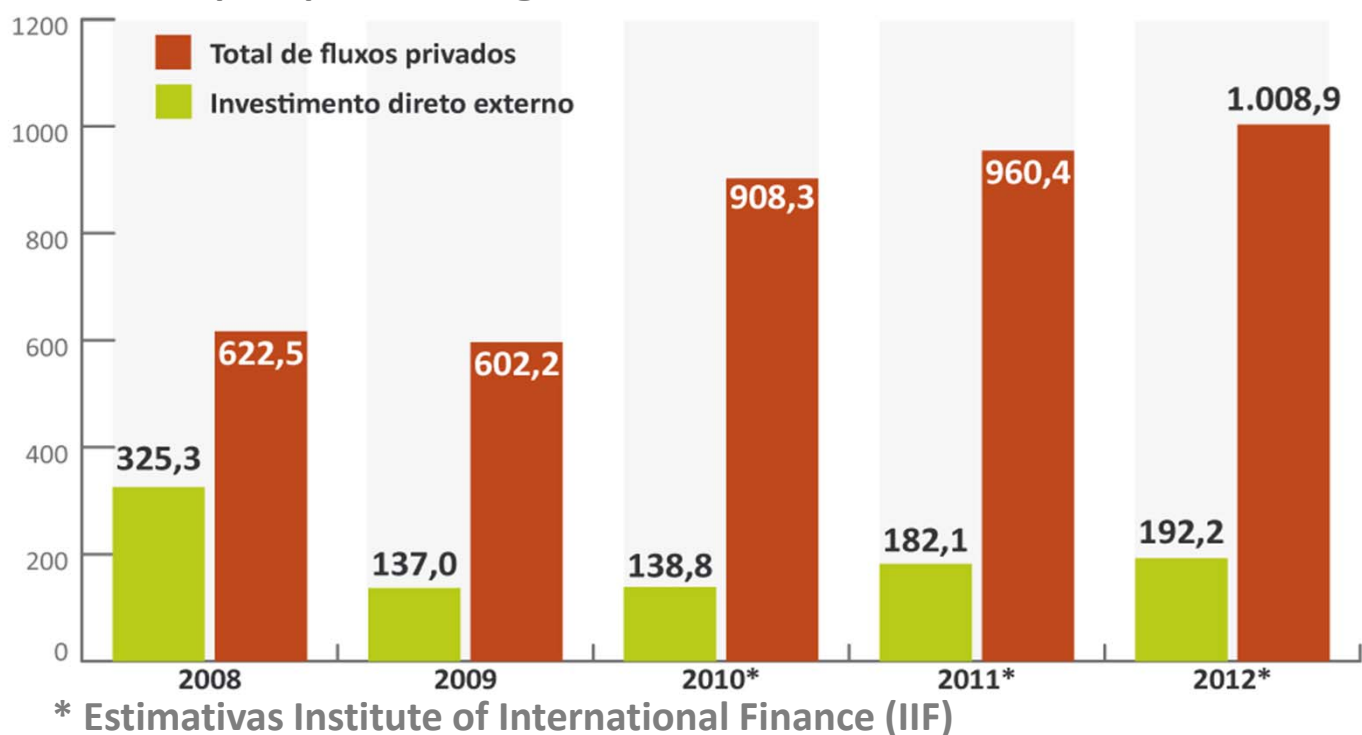
Ministério
do Planejamento

AJUSTE NO CÂMBIO

Crescimento dos fluxos financeiros de carteira para os países emergentes

- Avançados praticam políticas monetárias expansionistas
- Alimentam inflação mundial, arbitragem, *carry trade* e especulação

Fluxos financeiros para países emergentes, em US\$ bilhões



Fonte: IIF

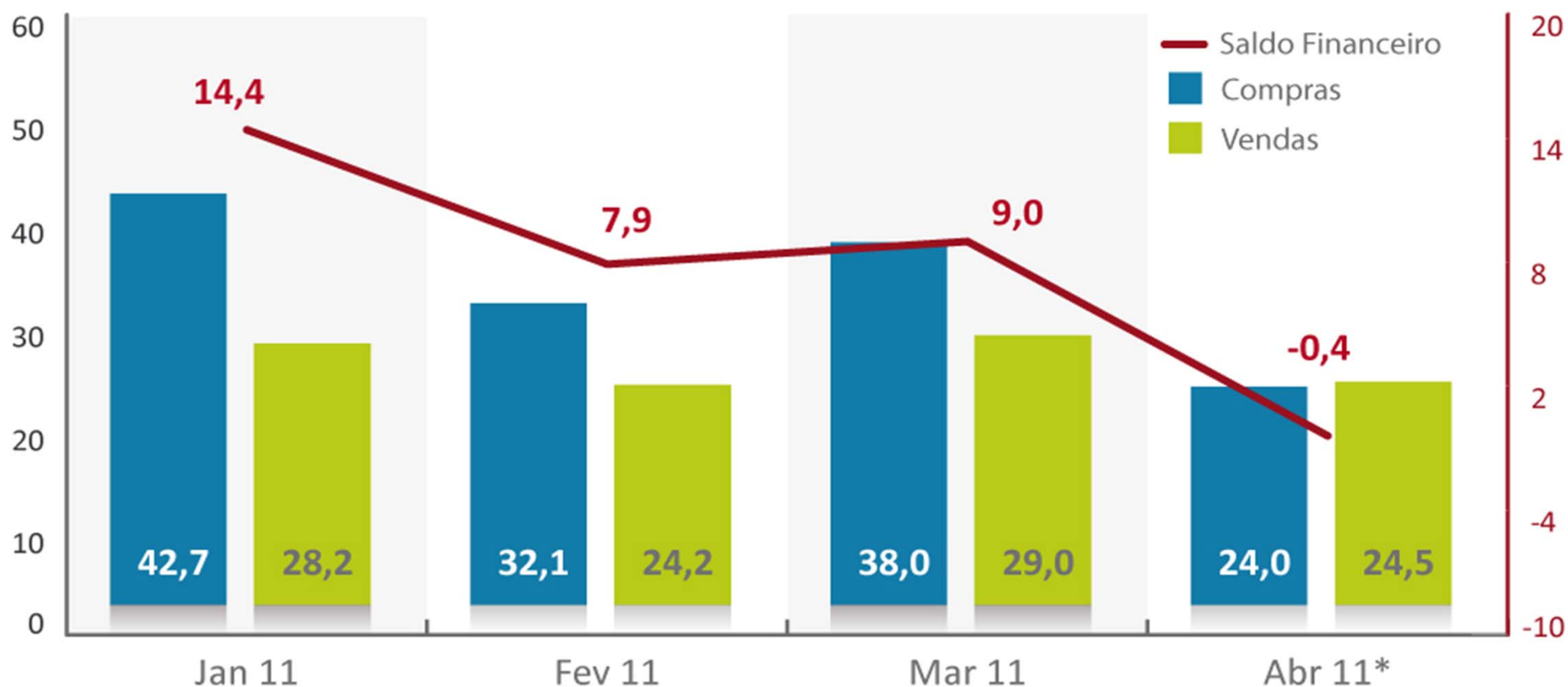
Elaboração: Ministério da Fazenda

Ministério
do Planejamento

MOVIMENTO DE CÂMBIO CONTRATADO

Fluxo financeiro, operações com clientes no País

Em US\$ bilhões



* Posição em 20 de abril de 2011.

AÇÃO CAMBIAL DO GOVERNO

- Outubro/2009 – Brasil pioneiro na taxação do capital externo (renda fixa e variável)
- Rompemos o tabu. Seguido de outras medidas para:
 - Impedir:
 - Excesso de capitais especulativos (medidas prudenciais)
 - Sobrevalorização do real
 - Guerra cambial
 - Resultado das medidas:
 - Moderar valorização: dólar estaria abaixo de R\$ 1,40
 - Moderar entrada de capitais especulativos

CONCLUSÃO

- Ajustes estão sendo realizados com sucesso
- Terão resultados no curto, médio e longo prazo
- Não interrompem o ciclo de crescimento
- Brasil preparado para enfrentar crises
- Criam condições para a continuidade do crescimento sustentável, com inflação sob controle e solidez fiscal

Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2012

Ministério
do Planejamento



PARÂMETROS ECONÔMICOS

Itens	2011	2012	2013	2014
Crescimento real do PIB (%)	4,50	5,00	5,50	5,50
IPCA (var. % acumulada)	5,00	4,50	4,50	4,50
IPCA (var. % média)	5,80	4,60	4,50	4,50
IGP-DI (var. % acumulada)	6,30	4,50	4,50	4,50
IGP-DI (var. % média)	9,10	5,40	4,50	4,50
IER (55% IPCA e 45% IGP)	7,29	4,96	4,50	4,50
Salário Mínimo - (R\$ 1,00)	545,00	616,34	676,35	745,66
Taxa de Câmbio Média (R\$/US\$)	1,69	1,76	1,82	1,86
Massa Salarial Nominal (var. % média)	10,98	9,93	9,27	9,06
Taxa de Juros (% em dezembro)	11,75	10,75	10,0	8,5

SPE/MF - Grade de 8 de abril 2011

META DE RESULTADO PRIMÁRIO

3,1% do PIB – R\$ 139,8 bilhões

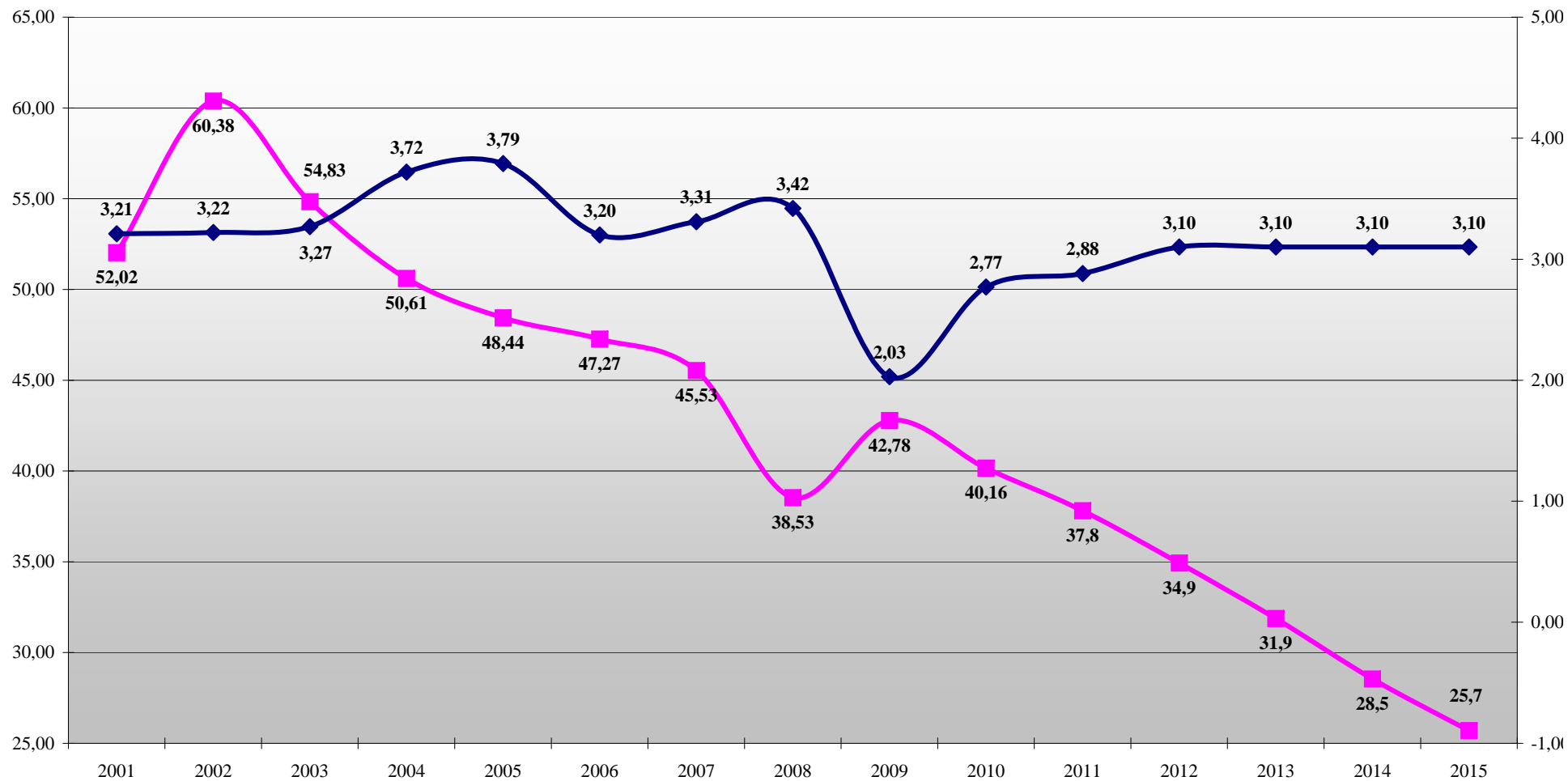
fixada em termos nominais, nos mesmos moldes de 2011

	<u>R\$ bilhões</u>	<u>% PIB</u>
Setor Público Consolidado	139,8	3,10%
Governo Central	97,0	2,15%
Estatais Federais	0,0	0,00%
Estados e Municípios	42,8	0,95%

Possibilidade de abatimento da meta, relativa ao PAC, em R\$ 40,6 bilhões, correspondente a 0,9 % do PIB, mesmo percentual de 2011

SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO

Evolução da Dívida Líquida e Resultado Primário (% do PIB)



—■ Dívida Líquida do Setor Público Consolidado (% PIB)

—◆ Resultado Primário do Setor Público Consolidado (% PIB)

Ministério
do Planejamento

PRIORIDADES E METAS

As prioridades e metas da Administração Pública Federal para o exercício de 2012 correspondem às ações do PAC e as relativas à superação da extrema pobreza, as quais terão precedência na alocação dos recursos no Projeto e na Lei Orçamentária de 2012.

REGRAS PARA A ANTEVIGÊNCIA DA LOA 2012

- **Liberação integral para:**

- Despesas obrigatórias
- Bolsas de estudo (CNPq, CAPES, IPEA e FNDE)
- Pagamento de estagiários
- Ações de prevenção a desastres (Defesa Civil)
- Despesas do TSE com eleições

- **Liberação por duodécimos para:**

- Despesas de Custeio
- Despesas de Investimento e Inversões Financeiras do PAC
- Despesas do Orçamento de Investimentos das Estatais

OBRAS E SERVIÇOS COM INDÍCIOS DE IRREGULARIDADES

O PLDO 2012 preserva a redação da LDO 2011, introduzindo condição adicional para uma obra ser considerada no anexo VI do PLOA:

“sejam objeto de decisão monocrática de Ministro do TCU ou de Acórdão, que tenham apreciado as razões apresentadas pelos gestores aos quais foram atribuídas as supostas irregularidades.”

DESPESAS DE PESSOAL

Reestruturações: o anexo da LOA conterà autorização somente para as propostas que estejam com tramitação iniciada no Congresso em 31/08/2011. Mesma regra desde 2009

DESPESAS RESSALVADAS DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

- Exclusão de todos os itens relacionados ao tema
- Objetivo: redução da rigidez orçamentária, permitindo maior flexibilização da alocação e execução dos recursos orçamentários

Reprogramação Orçamentária 2011

Ministério
do Planejamento



REDUÇÃO DAS DESPESAS – R\$ 50, 1 bilhões

	R\$ milhões
Itens	Variações da Despesa
Despesas Obrigatórias	15.762,5
Créditos Extraordinários	-3.500,0
Despesas Discricionárias	36.201,1
Vetos à LOA 2011	1.623,6
TOTAL GERAL	50.087,2

Despesas em 2011 – 17,8% do PIB, 1% menor que em 2010

REDUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS – R\$ 15,8 bilhões

Discriminação	R\$ milhões		
	Lei Orçamentária (a)	Reprogramação (b)	Diferença (c = b - a)
DESPESAS OBRIGATÓRIAS que sofreram variações	506.823,8	491.061,3	(15.762,4)
Pessoal e Encargos Sociais	183.004,1	179.504,1	(3.500,0)
Benefícios Previdenciários	278.404,9	276.405,0	(2.000,0)
Abono e Seguro-Desemprego	30.090,2	27.090,2	(3.000,0)
Subsídios, Subvenções e Proagro	15.264,5	6.342,1	(8.922,3)
Fundos FDA e FDNE		1.500,0	1.500,0
Transferência ANA - Receitas Uso Recursos Hídricos	60,1	219,9	159,8

Fontes: SOF/MP; STN/MF - Elaboração: SOF/MP.

REDUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS

Esforço administrativo com as seguintes medidas:

- Auditoria externa pela FGV para as despesas com Pessoal
- Novo sistema de alerta para auditoria das despesas com Pessoal, que emitirá avisos automáticos
- Cruzamento do cadastro federal de servidores com o de 13 Estados e com o da Previdência para detecção de indícios de irregularidades
- Auditorias Especiais em finalização, em 61 Instituições Federais de Ensino Superior sobre todas as rubricas de Pessoal
- Adiamento de concursos públicos e revisão de novas admissões
- Combate a desvios no Abono e Seguro Desemprego

REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

R\$ 36,2 bilhões

- O processo decisório da redução de despesas foi realizado em parceria com os Ministérios e orientado para a preservação dos investimentos prioritários
- Os recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e dos principais programas sociais foram integralmente preservados

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

R\$ bilhões

ÓRGÃOS	Empenhado 2010	Limite 2011	Crescimento	
			2011/2010	%
Educação	20,3	24,9	4,6	22,8
Saúde	52,8	62,5	9,7	18,5
Desenvolvimento Social e Combate à Fome	16,7	17,7	1,1	6,4
TOTAL	89,8	105,2	15,4	17,2

* Despesas Discricionárias do Poder Executivo (Exclui Créditos Extraordinários, Recursos de Convênios e Recursos de Doações)

PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Recursos destinados ao programa em 2011 são suficientes para garantir o desembolso necessário para o andamento das obras contratadas até 2010 e o início de sua 2ª etapa, para alcançar a meta de 2 milhões de unidades

R\$ bilhões

	2010	2011
OGU / FAR (Orçamento + RAP)	16,8	17,1
Subsídio FGTS	3,0	3,0
Oneroso FGTS	19,4	21,0
Total Geral	39,2	41,1

Comparando-se com 2010, a soma do Orçamento e RAP, em 2011, é 4,9% superior

REDUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Decreto de 1º. de março limitou os seguintes gastos:

- Diárias e passagens:
 - Redução de 25% nas áreas de fiscalização e poder de polícia e 50% nas demais áreas
 - Centralização das autorizações nos ministros, secretários executivos, secretários nacionais e presidentes de autarquias
- Suspensão de novas contratações relacionadas a:
 - Aluguel, aquisição, reforma de imóveis
 - Aluguel de veículos, máquinas e equipamentos

VETOS LOA 2011

- **Manutenção de Rodovias** – R\$ 240,6 milhões – objetivo de evitar a sobreposição de programações, mantendo a lógica de ter apenas uma programação por estado para manutenção de rodovias, sem o detalhe da BR específica
- **Programações Ressalvadas** – R\$ 1.382,9 milhões - conter a expansão desse tipo de despesa, pois, além de diminuir a flexibilidade de execução do orçamento, sua manutenção elevaria, proporcionalmente, a limitação de empenho dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e MPU

PLANO PLURIANUAL 2012-2015

Ministério
do Planejamento



OBJETIVOS DO PPA 2012-2015

- Resgatar a função planejamento
- Incorporar ao PPA os compromissos de governo
- Tornar o PPA instrumento gerencial de governo
- Aperfeiçoar o monitoramento dos compromissos de governo, especialmente dos Fóruns de Gestão (pobreza extrema, direitos e cidadania, desenvolvimento econômico e infraestrutura)
- Criar espaço para tratar, na programação do PPA:
 - Políticas transversais e multissetoriais
 - Regionalização das principais políticas
- Discussão Pública do PPA com a sociedade civil e com Estados e Municípios
- **Não haverá alterações em relação ao atual arcabouço institucional**

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

*Miriam Belchior
Ministra do Planejamento,
Orçamento e Gestão*

Brasília, 26 de abril de 2011